



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**08/08/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	2
2.2. CONVÊNIOS.....	3
2.3. PRESIDÊNCIA.....	4
2.4. VARA DA MULHER.....	5

# O descontrole dos gastos com pessoal ronda o Maranhão



## EDEN DO CARMO SOARES JUNIOR

ECONOMISTA/MESTRE EM ECONOMIA/PÓS-GRADUADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

A década de 1990 foi marcada pela estabilização da economia brasileira, mediante a implementação do exitoso Plano Real. Ele envolveu não somente a adoção da nova moeda, mas ainda outras medidas como: saneamento do sistema bancário, Reforma Administrativa e privatizações. Um dos principais diagnósticos sobre os motivos dos ciclos inflacionários foi o crônico desequilíbrio das contas públicas, não somente no âmbito federal, porém, especialmente, nas unidades subnacionais. Dessa forma, em 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Tal regra, aplicável a todos os poderes e entidades da União, estabeleceu regras de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, criando demonstrativos, fortalecendo o planejamento governamental, impondo metas fiscais e obediência a limites de endividamento e de despesa com pessoal.

Anteriormente à LRF, e a outras normas que a antecederam – como as Leis Camata I e II –, a despesa com pessoal não tinha controle rígido, e, em muitos, episódios “o céu era o limite”. Havia situações em que esse item correspondia a mais de que todo o orçamento dos estados. Entre outras razões, a teoria vê, há muito tempo, três motivos para controlar os gastos com pessoal: a Administração Pública tem outros compromissos para com a sociedade: como a oferta de serviços e obras; essa despesa é rígida, ou seja, uma vez majorada a remuneração, por garantia constitucional, é impossível reduzi-la; e essa despesa tem ampliação automática, isto é, mesmo que não sejam dados aumentos, ela se eleva, em razão de progressões anuais e de adicionais, como quinquênios. Dessa forma, a LRF estabeleceu tetos para a despesa de pessoal para todos os poderes das esferas de governo, tendo como parâmetro a receita corrente líquida (RCL). Para os estados, o limite global é de 60%, assim distribuídos: 3% para o Legislativo (sendo 2,12% para a Assembleia Legislativa e 0,88% para o Tribunal de Contas), 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

Até 2008, as despesas com pessoal estavam razoavelmente controladas, pois as receitas cresceram consistentemente, no ritmo da expansão econômica. Porém, após esse ano, com o início da desaceleração da economia, houve uma re-

tração das receitas, e as despesas continuaram sua trajetória de alta. Movimento ampliado por aumentos imoderados concedidos por governadores, de tal modo que os limites impostos pela LRF foram paulatinamente alcançados e até superados. Estudo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de maio de 2016, informou, que entre 2009 e 2015, a despesa com pessoal dos estados cresceu na média, em termos reais, estupendos 38% (portanto, acima da inflação). O Maranhão atingiu essa mesma porcentagem (38%), mas, por exemplo, no Rio de Janeiro esse índice foi de espantosos 70%.

O Ministério da Fazenda (MF), em abril de 2016, anunciou que a despesa com pessoal e encargos, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), entre 2009 e 2015, sofreu elevação, no caso dos estados e diminuiu, no da União. Assim, essa despesa, nos estados, foi de 4,85%, em 2009, para 5,38% do PIB, em 2015, já na União declinou de 4,6%, para 4% do PIB, nesse período.

Esse mesmo trabalho apontou que, em 2009, o Maranhão gastava R\$ 2,96 bilhões com pessoal, e em 2015, R\$ 5,92 bilhões (crescimento de 100,08%), e a União foi, nesses mesmos anos, de R\$ 152,83 bilhões, para R\$ 238,49 bilhões (crescimento de 56,05%). Entre 2009 e 2015 a inflação acumulada (IPCA/IBGE) foi de 55,32%. Assim, enquanto que a despesa com pessoal da União, nesse período, cresceu 0,73% acima da inflação, a do Estado do Maranhão superou a inflação em 44,76%.

O quadro dos estados ficou mais grave, pois dependem intensamente de repasses federais para compor suas receitas, especialmente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que vem caindo nos últimos anos, em consequência da recessão econômica e de desonerações de impostos. Para o Estado do Maranhão, em 2015, do total de receitas de R\$ 15,3 bilhões, cerca de 47% foram de transferências de outras esferas e o FPE representou 35% das receitas do estado.

Outro problema, em relação às despesas com pessoal, para os efeitos da LRF, é contabilização dessas. Em muitos estados, há entendimentos controversos e divergentes sobre qual tipo de despesa deve ser contabilizada ou não. Gerando interpretações em desacordo com os procedimentos estabelecidos pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, que se configuram numa espécie de “contabilidade criativa” da despesa com pessoal. Assim, há várias ocorrências ilegítimas de redução de despesas, o que resulta em índices, artificialmente mais baixos de despesas de pessoal em relação à RCL. Esse é, por exemplo, o caso do Estado de Goiás, que segundo os demonstrativos oficiais, no encerramento de 2015,

estaria gastando 58% de sua RCL com pessoal (limite de 60%), mas se esse fosse seguir fielmente as normas da STN, ficaria acima de 64%.

No Maranhão, os últimos demonstrativos, referentes ao primeiro quadrimestre de 2016, trazem índices preocupantes. O Tribunal de Contas é o órgão em pior situação, pois consome 0,91% da RCL do Estado com pessoal, e ultrapassou o seu limite (0,88%). Nesse contexto, terá que adotar medidas para reconduzir sua despesa ao patamar legal. Tais providências, em conjuntura extrema, podem incluir a exoneração de servidores estáveis. O Estado do Maranhão, de forma consolidada, gasta 57,33% da RCL, portanto, acima do limite prudencial (57%), fato que implica em dificuldades para concessões de aumentos e contratação de pessoal. Já a Assembleia Legislativa, com 1,98% da RCL, o Poder Executivo, com 44,60%, o Ministério Público, com 1,87% e o Poder Judiciário, com 5,44%, estão acima de seus limites de alerta, e necessitam monitorar constantemente suas despesas com pessoal e trazê-las para os limites.

Chama a atenção, que o Poder Executivo e o Estado do Maranhão, de forma consolidada, passaram por significativo ciclo de elevação de suas despesas com servidores, em relação à RCL, isso entre o fim de 2014 e abril de 2016. Enfrentaram, respectivamente, um incremento proporcional de 15,25% e 12,65% em seus gastos com pessoal.

Também, há de se destacar, que a Assembleia Legislativa, o TCE, o Ministério Público e o Judiciário valem-se das decisões PL-TCE nº 1.895/2002 e PL-TCE nº 15/2004, para o cálculo de suas despesas de pessoal. Deliberações que, na prática, reduzem seus gastos com pessoal, pois subtraem desses, custos com inativos e Imposto de Renda. Assim, os percentuais apurados podem, de fato, ser maiores do que aqueles apresentados. Porém, para se evitar opinião açodada sobre ocorrência de “contabilidade criativa”, essas decisões devem sofrer análise específica, com o objetivo de verificar a adequação dessas aos parâmetros da LRF.

O certo é que, para que não se assista, no Maranhão, tragédias como as que se observa no país, com servidores e aposentados tendo suas remunerações parceladas a cada mês, ou mesmo não pagas, os gestores estaduais devem estar atentos às possibilidades das nossas finanças públicas. Retribuindo, sim, os servidores com remuneração competitiva, mas que caiba dentro do orçamento e, importantíssimo, sem esquecer os muitos outros compromissos do Estado.

Fora do orçamento, só há inflação, endividamento e calote, ou seja, o caos...

## Os jornalistas nas eleições

Com a deflagração do processo eleitoral, os jornalistas são obrigados a respeitar determinados valores, normas e princípios consagrados na legislação, para que sejam preservadas as garantias para uma cobertura isenta, equilibrada e focada nos interesses da sociedade, dentro dos parâmetros legais.

Nessas eleições municipais, os jornalistas devem exercer o seu intransferível dever de denúncia, fazendo a opção pela informação de qualidade com equilíbrio, jamais abrindo mão da sua soberania ou se entregando aos interesses de candidaturas ou agremiações partidárias.

Na cobertura jornalística, os repórteres precisam separar a notícia do lixo declaratório e assumir efetivamente a agenda do cidadão, contribuindo para o fortalecimento da democracia. Partidos e candidatos devem ser tratados sem qualquer vantagem ou favorecimento.

Os jornalistas devem acompanhar com extrema cautela as acusações entre candidatos que não encontram guarida na Justiça Eleitoral, porque, uma vez fechadas as urnas, tais denúncias, com frequência, se mostram apenas retórica para macular adversários.

Esta orientação se embasa na constatação de que frequentemente campanhas tendem a descer para trocas de acusações que desviam o debate sobre os projetos de cada candidato, num espetáculo de efeitos perniciosos que prejudicam o processo eleitoral.

Longe disso, a cobertura jornalística deve dar prioridade à discussão de programas, comparação de biografias e serviços para o eleitor, fixando atenção na consistência dos projetos dos candidatos, resgatando o inventário das promessas e cobrando coerência.

É importante cobrir a fundo as questões que influenciam o dia a dia das pessoas. O centro do debate tem que ser sempre o cidadão, as políticas públicas e não mais o político, tampouco a própria imprensa.

O jornalismo de registro, pobre e simplificador não interessa a sociedade, pois ele oculta a verdadeira dimensão dos fatos políticos e beneficia os “plantadores de notícias” que agem em defesa de interesses políticos escusos. Desvios éticos não podem, em hipótese nenhuma, comprometer a qualidade da cobertura eleitoral.

Jornalistas têm sua imagem associada à atuação profissional e, por isso, devem estar alinhados com as melhores práticas éticas, prezando pela sua independência e evitando todas as situações em potencial que possam gerar conflitos de interesse.

O jornalismo de qualidade deve assumir o papel de memória da cidadania. É preciso falar dos planos e do futuro. Mas deve-se, também, falar do passado, das coerências e das ambiguidades, permitindo ao eleitor formar um perfil dos candidatos e analisar os eventuais descompassos entre o discurso e a realidade.

No pleito eleitoral que se aproxima, os jornalistas têm que ter consciência de que a maioria da população brasileira acredita no seu trabalho para combater a corrupção.

Afinal, a sociedade se sente representada pela imprensa, que denuncia os males presentes na vida política. É do trabalho da imprensa que sobra um residual de mobilização da população.

A imprensa, de modo geral, ocupa um lugar relevante para que a população possa conhecer os candidatos e fazer o que poderia ser a melhor escolha. São as denúncias dos jornalistas que obrigam as autoridades competentes a apurar irregularidades e aplicar os instrumentos de punição previstos no ordenamento jurídico e na legislação eleitoral.

É por isso que a imprensa aparece como o principal canal de denúncias de corrupção e goza de inquestionável credibilidade ao revelar, de forma destemida, desvios na gestão pública.

É pelo trabalho dos jornalistas que a sociedade tem a oportunidade de expressar seus anseios e problemas.

Os reclamos populares veiculados nas páginas dos jornais, nas emissoras de rádio e televisão constituem a grande ferramenta a mover autoridades e, principalmente, os políticos.

A tarefa de levantar problemas – especialmente os malfeitos – nem sempre é bem compreendida, mas é crucial e faz parte da gênese do jornalista, que até quando erra ou comete algum excesso, cumpre o seu papel para com a sociedade, pois provoca a apuração dos fatos e traz esclarecimentos aos eleitores.

É por isso que a maioria da população defende que os meios de comunicação não sejam submetidos a nenhum tipo de controle.

Sem a atuação firme da imprensa, os avanços políticos alcançados pela sociedade nos últimos tempos não teriam se concretizado.

Sem o trabalho investigativo dos jornalistas, as falcaturas na seara política ocorreriam nos escaninhos do poder sem que ninguém soubesse e como se não existissem. Sem a imprensa, provavelmente, nem a democracia teria sido conquistada.

Só o fato de os jornais, emissoras de rádio e televisão serem vistos como os principais canais de denúncias, revela a boa imagem que o jornalista desfruta perante a sociedade, por divulgar sistematicamente a corrupção nos meios políticos, onde ainda se alimenta um hábito enraizado na inversão dos meios e do fim da coisa pública.

Os jornalistas fazem um trabalho eficiente pela moralização do país e nas eleições municipais deste ano devem – com o apoio da sociedade civil organizada – agir como protagonistas, levando informações à população de forma contributiva sobre os segmentos políticos e assumindo a tarefa de incentivar a criação de mecanismos para coibir desvirtuamentos e desvios éticos que representem traição à Justiça e à ética social.

## **TRE promove reunião de trabalho com juízes e chefes de cartório nesta 2ª-feira**

Os temas segurança, logística, registro de candidaturas, fiscalização da propaganda, prestação de contas, estrutura de tecnologia da informação, sistemas, auditoria, urnas, suprimento de fundos, entre outros, além de novidades para as eleições 2016, serão tratados em reunião nesta segunda-feira (8), pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão com juízes e chefes de cartórios das 111ª zonas eleitorais que compõem o estado. A reunião, que ocorrerá no auditório do Fórum Eleitoral de São Luís (localizado no Anel Viário) das 8h às 13h, será presidida pelos desembargadores Lourival Serejo (presidente) e Raimundo Barros (corregedor), e contará ainda com palestras do secretário Jefferson Portela (Segurança Pública), do major Alexandre Magno (diretor de Segurança Institucional do TJMA) e de Rômulo Barbosa (diretor de Mídias Eletrônicas da TV Mirante).

O objetivo é orientar sobre as recentes mudanças promovidas na legislação eleitoral, bem como as novidades em matéria de sistemas e equipamentos de informática, que impactarão no trabalho, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo por meio da capacitação e atualização de magistrados e servidores, tendo como foco a excelência das atividades desenvolvidas durante as eleições municipais de 2016. A missão da Justiça Eleitoral é garantir a legitimidade do processo eleitoral para a regular escolha dos representantes políticos. O TRE-MA entende que o melhor caminho para que seus agentes diretos possam contribuir para a concretização dessa missão institucional é através do aprimoramento de seus conhecimentos em matéria eleitoral.



O desembargador Lourival Serejo autografando o livro observado pelos desembargadores Jamil Gedeon (diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão), e Cleones Cunha (presidente do TJMA)



O desembargador do TRT-MA, Gérson de Oliveira e sua esposa, procuradora de Justiça, Marilea Costa



O lançamento do livro "Casablanca" foi bastante prestigiado



Membros da AML, Joaquim Haickel e Benedito Buzar (presidente), desembargadores Cleones Cunha, Lourival Serejo (autor da obra), Gérson de Oliveira (TRT-MA), Jamil Gedeon e o deputado federal, João Castelo

A Academia Maranhense de Letras (AML) ficou lotada no lançamento do livro "Casablanca", do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) e membro da Academia Maranhense de Letras (Cadeira 35), desembargador Lourival Serejo que mostra mais uma vez que Magistratura e Literatura podem caminhar juntas, como bem retrata o rico e

diversificado acervo do magistrado-escritor. A obra reúne 47 contos – num estilo simples de narrativa – entre produtos de sonhos do autor e fatos reais. O título do livro foi tirado de um dos contos. O evento literário contou com a presença de membros da AML, advogados, poetas, desembargadores, políticos e familiares.

Além da Academia Maranhense de Letras, Lourival Serejo é membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Vianense de Letras, da Academia Imperatrizense de Letras e membro-fundador do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAN), do qual foi presidente no Maranhão. As fotos são de Ribamar Pinheiro.

# Caminhada na Litorânea marca 10 anos de existência da Lei Maria da Penha

Gilson Teixeira/Secap

“A gente não pode se submeter a nenhum tipo de agressão, nem moral nem física, nem social”, disse a musicista Thaynara Oliveira, 27 anos, durante caminhada em homenagem aos 10 anos da Lei Maria da Penha, realizada pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), na manhã deste domingo (7), na Avenida Litorânea. A ação reuniu homens e mulheres em um momento de lazer e reflexão sobre o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Desde a criação da Lei Maria da Penha, o número de feminicídios no Brasil foi reduzido em 10%, de acordo com levantamento de 2014 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Só no ano passado, as denúncias de agressões a mulheres cresceram 54%, em relação ao ano anterior, o que significa que menos pessoas estão se calando diante desse crime. Apesar dos dados positivos, ainda existem muitos desafios para a erradicação da violência de gênero. Entre eles, a falta de informação sobre a rede de assistência e o preconceito.

“Os estudos mostram que a sociedade conhece a lei, mas ainda não domina os serviços existentes para fazer o enfrentamento da violência. Acredito que o nosso maior desafio é ressignificar os valores que fazem a violência existir. Nossa tarefa é acabar com o machismo”, informou a secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto.

A gestora ressaltou o trabalho de prevenção realizado pela Semu, por meio de atividades de sensibilização sobre os direitos



A caminhada teve o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a necessidade de combater violência contra a mulher

da mulher, e de assistência, através da Ouvidoria da Mulher e de 19 Delegacias da Mulher espalhadas pelo Maranhão. Ainda neste mês de agosto, será inaugurada a Casa da Mulher Brasileira, uma parceria dos governos estadual e federal. A unidade irá disponibilizar vários serviços, como atendimento psicossocial, Defensoria e Promotoria da Mulher, além de delegacia e vara especializada. “Através desse trabalho intensivo de prevenção e assistência, queremos erradicar a violência contra a mulher nos lares maranhenses”, explicou Laurinda. De acordo com a secretária da Mulher, em um ano e meio de gestão, 60 mil mulheres já foram alcançadas em todo o estado, por meio das ações da Secretaria.

## CONSCIENTIZAÇÃO

Quem participou da caminhada em prol da mulher aproveitou o momento de atividade física para refletir sobre o tema levantado. “Ainda hoje a gente vê muita coisa sendo feita contra a mulher: não valorizam a profissional, não valorizam a mãe... Então vejo essa ação como muito positiva e necessária”, disse a aposentada Maria Alice Feitosa, 74 anos. “A sociedade deve entender que a mulher não é mais submissa, nem pode ser submetida à violência como antes. Vivemos em um novo século, com um novo pensamento, onde os direitos devem ser iguais”, opinou a musicista Thaynara Oliveira, de 27 anos. Além das mulheres, os homens presentes na ação também

contribuíram com o debate. “O homem tem que participar ativamente dessa luta também. Deve ter consciência que tem um papel fundamental nesse processo, dar o devido valor às mulheres, com respeito e sem agressão”, falou o universitário Lucas Araújo, de 27 anos. A Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) tem o objetivo de reduzir os índices de violência doméstica e familiar contra a mulher, ao tipificar como crime qualquer ação que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial às mulheres. A legislação federal também estabelece a criação de políticas públicas em defesa da mulher, por meio de equipamentos públicos de assistência e em defesa do gênero feminino.